

TESE GUIA PARA O 4º CONGRESSO DO SINTEOESTE

DIRETORIA DO SINTEOESTE

“Trabalho, Conhecimento e Soberania: Os Desafios do Século XXI para a Classe Trabalhadora e Servidores”

Esta tese parte de uma constatação dura: **não enfrentamos apenas uma disputa salarial, mas uma ofensiva organizada contra o trabalho, o serviço público e o conhecimento produzido pela classe trabalhadora.** O 4º Congresso do SINTEOESTE precisa responder a essa ofensiva com independência, coragem e programa: **defender carreira, estabilidade, concurso público, saúde do trabalhador, soberania tecnológica e democracia sindical de base.**

PARTE I

O QUE ESTÁ EM JOGO? (DIAGNÓSTICO DE CONJUNTURA)

1.1. A GRANDE OFENSIVA: O CAPITAL CONTRA A VIDA E O TRABALHO

Vivemos uma fase brutal do capitalismo: para continuar acumulando riqueza, o sistema aprofunda a destruição de empregos, direitos, vínculos comunitários, meio ambiente e saúde física e mental da classe trabalhadora. **A Inteligência Artificial, a robótica e a plataformização não chegam como milagres neutros; chegam como instrumentos de uma guerra social.** São usadas para substituir trabalho humano, intensificar ritmos, vigiar condutas e capturar gratuitamente o conhecimento que servidores públicos produzem com anos de estudo, prática e compromisso com a população.

A dualidade perversa da IA: As *Big Techs* nos usam como cobaias e fornecedores de dados para treinar os algoritmos que, amanhã, nos substituirão. Seu conhecimento, sua experiência, sua *expertise* (...) tudo é raspado, copiado e vendido de volta como "inovação", sem que você receba um centavo. **É a era da expropriação cognitiva do patrimônio público e privado do trabalho, conhecimento e serviços.**

O espectro da uberização: O trabalho por plataforma, que primeiro atingiu motoristas e entregadores, já contamina a educação, a saúde e o serviço público. Sob o disfarce do empreendedorismo, empurra trabalhadores para a insegurança permanente e abre caminho para serviços públicos e privados desregulamentados: **sem vínculo, sem 13º, sem férias, sem FGTS, sem aposentadoria digna e sem proteção coletiva.** É o século XIX retornando com senha, aplicativo e discurso de modernização.

1.2. O CERCO AO SERVIÇO PÚBLICO: REFORMA ADMINISTRATIVA E PEJOTIZAÇÃO

A Reforma Administrativa, expressa na PEC 32/2020 e em projetos correlatos, não é modernização: é desmonte. Seu objetivo é fragilizar estabilidade, carreira e isonomia, transformando o servidor público em trabalhador vulnerável a pressões políticas, metas abusivas e contratos precários. Quando o Estado retira proteção de quem atende a população, quem perde não é apenas o servidor; perde o povo que depende da universidade pública, do hospital, da pesquisa, da extensão e dos serviços essenciais.

A pejetização, já comum no setor privado, avança como cavalo de Troia contra o serviço público. Onde deveria haver concurso, carreira e vínculo protegido, tenta-se impor contrato individual, empresa de fachada e trabalhador isolado. O resultado é conhecido: **perda de estabilidade, transferência de riscos para quem trabalha, queda na qualidade do atendimento e adoecimento de quem sustenta o serviço público na prática.**

Decisões recentes do STF têm restringido a proteção trabalhista e ampliado brechas para formas precárias de contratação, enquanto a Justiça do Trabalho sofre ataques políticos, orçamentários e institucionais. O resultado é a **judicialização da precarização: a lei, que deveria proteger quem trabalha, passa a ser mobilizada para legitimar a retirada de direitos.**

1.3. MORADIA, SAÚDE E A VIDA QUE NÃO CABE NO SALÁRIO

O serviço público não é apenas emprego; é parte da espinha dorsal da economia e da vida em nossas cidades. No conjunto de Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Marechal Cândido Rondon, a Unioeste e o Hospital Universitário estão entre os grandes polos de trabalho, renda, atendimento, pesquisa e formação da Região Oeste do Paraná. Quando o servidor perde poder de compra, o comércio local, os prestadores de serviço, a feira popular e toda a economia do entorno também sentem o impacto.

Moradia: O aluguel disparou e o salário dos técnicos e docentes já não paga um apartamento decente. Servidores são forçados a morar em periferias distantes, enfrentar deslocamentos exaustivos ou dividir casas, comprometendo a dignidade, o descanso e a estabilidade familiar.

Saúde: No Hospital Universitário, a falta de reposição de pessoal, a sobrecarga de plantões, a escassez de materiais e o assédio moral institucional criam uma epidemia de *Burnout*, depressão e doenças ocupacionais. O corpo do trabalhador é moído pela lógica da produtividade a qualquer custo. Servidores de carreira já são minoria no HUOP. Cada dia mais PJs e CRES vão formando a maioria no hospital.

Tempo: A luta pela redução da jornada de 30 horas para servidoras e servidores, com atenção às especificidades de cada carreira, além do debate sobre a semana de quatro dias é necessidade, **não é luxo.** É a luta por uma vida que valha a pena ser vivida. É o direito de ter tempo para a família, para o

estudo, para o lazer, para a política e para o simples ato de existir fora do trabalho.

PARTE II

O QUE DEFENDEMOS? (PRINCÍPIOS E DIRETRIZES)

O SINTEOESTE não pode mais se limitar a reivindicar aumentos salariais. Nossa luta deve ser **política, estratégica e transformadora**. Orientamo-nos pelos seguintes princípios:

Princípio	O que significa
Soberania cognitiva	O conhecimento gerado no serviço público é um bem coletivo, inalienável, de todos nós e da sociedade. Ele está nos prontuários, nas aulas, nas pesquisas, nos relatórios, nos sistemas administrativos, no atendimento à população e na experiência acumulada por quem sustenta a universidade e o hospital todos os dias. Não pode ser expropriado por empresas privadas sem consentimento, controle social e justa reparação. Defender a LGPD, a soberania tecnológica e mecanismos de reparação sobre dados públicos é defender o patrimônio da classe trabalhadora.
Serviço público como direito	Educação, saúde e previdência não são mercadorias. A estabilidade, a carreira e a isonomia são pilares de um Estado democrático e devem ser defendidos contra qualquer tentativa de reforma administrativa que os fragilize. NÃO A PEC 32.
Democracia sindical	Não há sindicato combativo sem base deliberando, fiscalizando e empurrando a direção para a luta. Nosso estatuto deve garantir participação ampla, assembleias fortes, transparência radical, regras claras contra nepotismo, proteção de dados e canais permanentes de diálogo com os locais de trabalho. A direção deve servir à categoria, não a substituir.
Tecnologia a serviço da vida	A automação e a IA devem reduzir a jornada e melhorar as condições de trabalho, e não servir como ferramentas de vigilância e intensificação da exploração. Qualquer introdução de tecnologia deve ser negociada com os sindicatos.
Ecologia economia popular	A defesa do serviço público está ligada à defesa do meio ambiente, pois a infraestrutura digital e os <i>data centers</i> consomem água e energia em grande escala, e à defesa da economia local, pois o servidor é trabalhador, consumidor e cidadão inserido na economia popular.
Combate a todas as opressões	Nos comprometemos a lutar contra o capacitismo, o machismo, o racismo, a LGBTfobia e qualquer forma de violência ou discriminação, dentro e fora do ambiente de trabalho.

PARTE III

O QUE PRECISA MUDAR (PROPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS)

Mudar o Estatuto não é tarefa burocrática nem ajuste de cartório. É preparar o sindicato para enfrentar a guerra social em curso, com regras que fortaleçam a base, deem consequência às decisões coletivas e impeçam que a direção se afaste dos locais de trabalho. Estatuto vivo é instrumento de luta, não parede de papel.

Com base nesses princípios, propomos que o 4º Congresso aprove as seguintes alterações no Estatuto do SINTEOESTE:

Nº	Proposição	Redação Resumida	Por que é urgente
1	Novos Objetivos (Art. 2º, Alínea “q”)	Incluir: defesa contra automação e IA; combate à reforma administrativa; luta por moradia digna; defesa da economia popular; combate à discriminação.	Atualiza o sindicato para os desafios do século XXI.
2	Mandato e Reeleição (Art. 24, §1º)	O mandato da Direção Geral será de 4 (quatro) anos . O(a) Presidente(a) (atual Coordenador(a) Geral) poderá ser reeleito(a) consecutivamente por até 2 (duas) vezes, totalizando no máximo 3 (três) mandatos eletivos consecutivos . Os demais cargos da Direção Geral (Vice-Presidente e Diretorias) não terão limite de reeleição consecutiva. O período de exercício em razão de vacância não será computado como mandato eletivo para fins de contagem do limite de reeleição.	Corrige a restrição atual que inviabiliza a continuidade administrativa; permite que a experiência acumulada seja aproveitada, mantendo um limite claro para o cargo de Presidente (evitando vitaliciamento) e liberando os demais cargos. A exclusão da vacância da contagem evita insegurança jurídica e impugnações. O mandato de 4 anos alinha a gestão ao ciclo do Congresso (5 anos) e dá tempo para executar o plano aprovado.
3	Nomenclatura (Arts. 21, 22, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e correlatos)	Substituir toda a nomenclatura de “Coordenação” por “ Direção Geral ”; “ Coordenador(a) Geral ” por “ Presidente(a) ”; adequar Vice-Presidente e Diretorias de Execução, Finanças, Comunicação, Aposentados, Saúde do Trabalhador, Formação Sindical e Cultura, Assuntos Jurídicos , conforme o estatuto. Coordenação por Direção.	Dá clareza à estrutura, hierarquia e responsabilidades; aproxima o sindicato da forma organizativa usual das entidades sindicais; facilita o diálogo institucional e a distribuição das tarefas. Associações de Sindicatos, exemplo FES tratam como Direção, Presidente, Vice-presidente dos Sindicatos Associados.
4	Nepotismo (Art. 27, Alínea “r”)	Veda nomeação, contratação, indicação ou designação de cônjuge, companheiro(a) e parentes até 3º grau, por consanguinidade, afinidade ou adoção, para cargos de direção, funções remuneradas, funcionários, prestadores de serviços ou representações sindicais.	Combate patrimonialismo, clientelismo e conflito de interesses; evita uso privado da estrutura sindical; fortalece ética, transparência e confiança da base. Como alínea do art. 27, fica mais orgânico e evita artigo autônomo. O nepotismo é uma prática que corrói a democracia sindical e a confiança da base.
5	Filiação (Art. 3º, §1º)	A filiação poderá ser presencial ou digital, por formulário físico/eletrônico, assinatura digital, sistemas oficiais do Estado como e-consig e outros que vierem a ser implantados, garantida identificação, segurança e LGPD.	Amplia acesso e reduz barreiras burocráticas; facilita adesão de servidores em campi, HU e municípios distantes; moderniza o sindicato e aproveita sistemas já existentes.
6	Contribuição	O filiado contribui com 1% sobre o	Dá previsibilidade e autonomia

	dos filiados (Art. 59)	salário-base , descontado em folha ou por sistema de consignação, conforme deliberação assemblear e legislação vigente.	financeira; sustenta a luta sindical; fortalece negociação e estrutura; exige transparência e controle social. MTE exige que seja expresso no estatuto.
7	LGPD (Art. 71) E alterar o art. 71 atual para 72 e sucessivamente.	Obriga o sindicato a tratar dados com segurança, designar um Encarregado (DPO) e garantir transparência e acesso aos dados.	Adequa o sindicato à lei e protege a base de vazamentos.
8	Comunicação sem discriminação (Art. 33, alínea “f”)	Veda publicações capacitistas, machistas, violentas ou discriminatórias. Exige linguagem inclusiva.	Alinha a comunicação do sindicato aos valores de respeito e diversidade.
9	Política de Saúde do Trabalhador (Art. 35, alínea “h”)	Cria um programa permanente de prevenção ao adoecimento, com relatórios anuais sobre condições de saúde, afastamentos e assédio.	Dá centralidade à saúde mental, emocional e física, especialmente no Hospital Universitário, que é ambiente de trabalho de tensões permanentes.
10	Assembleias (Art. 17, parágrafo único)	Assembleias Gerais Ordinárias convocadas com antecedência mínima de 48 horas ; extraordinárias , com 24 horas , por edital na sede, nos locais de trabalho e meios digitais oficiais.	Permite agilidade em situações urgentes e garante participação mínima; adequa a convocação à dinâmica do serviço público e às novas formas de comunicação.
11	Transparência financeira (Art. 27, alínea “s”)	Obriga a publicação de balancetes e relatórios em meios digitais acessíveis, em até 30 dias após aprovação.	Fortalece o controle social e a confiança da base.
12	Processo disciplinar (Art. 5º, §1º e incisos I, II, III, IV e V)	Cria um rito com ampla defesa e contraditório antes de qualquer punição.	Garante justiça e evita arbitrariedades.

PARTE IV

O QUE FAZER?

O Congresso não é um fim em si mesmo. Ele deve definir um **plano de ação** para os próximos anos. Propomos:

Esse plano só terá força se sair do papel e voltar para a base: assembleias, reuniões nos setores, presença nos campi e no Hospital Universitário, paralisações quando necessárias, pressão pública sobre governos e diálogo direto com a população que depende do serviço público. Sem mobilização direta, qualquer resolução vira promessa bem escrita e luta adiada.

4.1. NEGOCIAÇÃO COLETIVA E FORTALECIMENTO DO FES E ASSOCIAÇÕES SINDICAIS DAS IEES

a) **Direito à desconexão:** Vedação a cobranças fora do horário de trabalho, especialmente por aplicativos e e-mails.

b) Estabilidade contra automação: Proibição de demissões ou não-renovação motivadas exclusivamente pela introdução de IA.

c) Participação nos ganhos de produtividade: Se a IA aumenta a produtividade (como mostram os estudos), esses ganhos devem ser revertidos em redução de jornada e aumento salarial.

d) Auditabilidade algorítmica: Exigir transparência sobre os critérios usados por sistemas de IA para avaliação, alocação ou punição de servidores.

e) Negociação prévia sobre IA: Exigir que qualquer introdução de sistema de IA no ambiente de trabalho seja precedida de negociação coletiva, com transparência sobre finalidades, dados utilizados e impactos na jornada e na remuneração.

4.2. CAMPANHA PERMANENTE CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

a) Articular com outros sindicatos, movimentos populares, entidades estudantis e partidos comprometidos com a defesa do serviço público para barrar a PEC 32/2020 e projetos correlatos, levando o debate para os campi, hospitais, bairros e espaços de organização da classe trabalhadora.

b) Denunciar a pejetização e a terceirização da atividade-fim no serviço público.

c) Exigir concursos públicos para recompor o quadro do Hospital Universitário e das IES, com carreira estruturada em lei, estabilidade, progressão, promoção, valorização salarial, colegialidade, cargos públicos efetivos e Regime Próprio de Previdência. Servidor público não pode ser tratado como mão de obra descartável: serviço público de qualidade exige vínculo público, formação permanente e proteção contra perseguições políticas.

d) Defesa da carreira pública: Reafirmar que o serviço público de qualidade exige vínculo público, formação permanente e proteção contra perseguições políticas, e que a estabilidade é garantia do interesse público, não privilégio.

4.3. FRENTE PELA MORADIA DIGNA E ECONOMIA POPULAR

a) Propor ao governo estadual e municipal um programa de arrendamento residencial com subsídio para servidores.

b) Apoiar cooperativas de moradia e iniciativas de comércio local.

c) Denunciar a especulação imobiliária e a financeirização da moradia.

4.4. OBSERVATÓRIO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

- a) Criar, em parceria com cursos de Medicina, Psicologia e Saúde Coletiva, um núcleo de pesquisa e denúncia sobre adoecimento no trabalho.
- b) Publicar relatórios anuais sobre afastamentos, acidentes e doenças ocupacionais.
- c) Exigir a implementação de programas de ginástica laboral, pausas remuneradas e suporte psicológico.

4.5. CAMPANHA PELA REDUÇÃO DA JORNADA

- a) Lançar campanha pela redução da jornada para 30 horas semanais para servidoras e servidores, com atenção às especificidades de cada carreira e sem redução salarial.
- b) Inspirar-se nas experiências europeias e na luta contra a escala 6x1 no Brasil.

4.6. ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

- a) Trocar experiências com sindicatos que já enfrentam a IA (IG Metall, SAG-AFTRA, CTA, COSATU).
- b) Participar de fóruns internacionais sobre trabalho digital e soberania cognitiva.

PARTE V

POR QUE VOCÊ DEVE PARTICIPAR (CONVOCAÇÃO)

Servidoras e servidores da Unioeste e do Hospital Universitário: esta convocação é para quem sustenta, todos os dias, a universidade pública e a saúde da população. É para quem conhece a sobrecarga, o salário corroído, o assédio, a falta de pessoal e a pressão por resultados. É para quem sabe que nenhum direito foi presenteado: tudo o que temos foi arrancado pela organização coletiva.

O Estatuto do SINTEOESTE prevê um Congresso a cada 5 anos. **Nunca foi tão necessário. Nunca foi tão urgente.**

Da última vez, em 2021, a inteligência artificial generativa ainda não ocupava o centro do debate público. A reforma administrativa parecia, para muitos, uma ameaça contida no papel. A pejetização parecia distante do serviço público. Hoje, a IA já disputa o controle sobre o conhecimento do trabalho, os projetos de desmonte avançam no Congresso, e decisões judiciais ampliam brechas para retirar direitos e enfraquecer a proteção trabalhista.

Se deixarmos para 2031, a máquina já terá engolido os espaços do trabalho intelectual. O servidor público será empurrado para o papel de mero supervisor de algoritmos, recebendo uma fração do que recebe hoje, enquanto o conhecimento que construímos com suor e sangue será apropriado pelas grandes

corporações de tecnologia.

Não existe neutralidade. A tecnologia está a serviço de um projeto de poder que concentra riqueza, amplia a exploração e tenta transformar conhecimento público em ativo privado. Ou nos organizamos para submeter essa tecnologia ao controle social, colocando-a a serviço da vida, do serviço público e da soberania nacional, ou seremos subjugados por ela.

Este Congresso é a trincheira. É a linha que separa a dignidade do trabalho da barbárie da automação predatória. É o momento de dizer, em alto e bom som: o conhecimento público é nosso, o serviço público é nosso, o futuro é nosso.

Traga sua voz, sua experiência e sua indignação organizada. Traga a realidade do Hospital Universitário, da sala de aula, do laboratório, da biblioteca, da administração, da manutenção, dos campi e do atendimento ao público. Construamos juntos um estatuto à altura do século XXI e um plano de lutas capaz de enfrentar governos, patrões, burocracias e empresas que querem transformar direito em mercadoria e trabalhador em peça descartável.

Pelo trabalho digno, pela universidade pública e humanizada, pela saúde do povo, pela nossa classe!

O 4º Congresso do SINTEOESTE é a trincheira coletiva da categoria.

Saudações a quem tem coragem!

Assinam: Diretoria do SINTEOESTE